



DETERMINANTES DA POBREZA MONETÁRIA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA: EVIDÊNCIAS DE 2012 A 2023

**DETERMINANTS OF MONETARY POVERTY IN BRAZILIAN
FEDERATIVE UNITS: EVIDENCE FROM 2012-2023**

DETERMINANTES DA POBREZA MONETÁRIA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA: EVIDÊNCIAS DE 2012 A 2023

DETERMINANTS OF MONETARY POVERTY IN BRAZILIAN FEDERATIVE UNITS: EVIDENCE FROM 2012-2023

Marceli Ferreira da Fonseca Nieto¹ | Jandir Ferrera de Lima²

Recebimento: 28/06/2025
Aceite: 25/02/2026

¹ Mestra em Economia (UNIOESTE).
Técnica administrativa em educação do
Instituto Federal do Paraná.
Assis Chateaubriand - PR, Brasil.
E-mail: marcieli.nieto@ifpr.edu.br.

² Doutor em Desenvolvimento Regional (UQAC).
Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Toledo - PR, Brasil.
E-mail: jandir.lima@unioeste.br.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estimar e analisar os impactos dos principais determinantes da pobreza monetária no Brasil entre os anos de 2012 e 2023. A partir da definição unidimensional da pobreza com base na renda domiciliar *per capita* e utilizando os microdados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), foi estimado um modelo de regressão com dados em painel para as 27 Unidades da Federação. Os resultados indicaram que a inserção no mercado de trabalho foi o fator com maior impacto na redução da pobreza. Verificou-se, ainda, que o aumento nos anos médios de escolaridade da população adulta e na proporção de indivíduos brancos também está associado à diminuição da pobreza. Por outro lado, o aumento da desigualdade de renda está relacionado ao crescimento da proporção de pessoas em situação de pobreza no país.

Palavras-chave: Pobreza. Desenvolvimento humano. Capital humano. Análise regional

ABSTRACT

This study estimates and analyzes effects of main determinants of monetary poverty in Brazil between 2012 and 2023. Poverty is defined using a unidimensional measure based on per capita household income. Annual microdata from Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua) are used to estimate a panel data regression model for 27 Federative Units. Results indicate that labor market participation is factor with greatest impact on poverty reduction. Findings also show that increases in average years of schooling among adult population and in proportion of white individuals are associated with lower poverty rates. Conversely, higher income inequality is associated with an increase in proportion of individuals living in poverty in country.

Keywords: Monetary poverty. Human development. Human capital. Regional analysis.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a pobreza coloca-se no centro das pautas dos governos e das discussões acadêmicas, não apenas pelos efeitos diretos sobre as condições de vida da população, mas também por comprometer o dinamismo econômico, ao limitar a produtividade da força de trabalho e o potencial de expansão do mercado interno (Albuquerque, 1995; Mideros, 2012). Embora haja consenso quanto à necessidade de superação desse problema, o debate sobre a pobreza tem avançado para uma discussão conceitual que envolve duas principais abordagens: a monetária, na qual a renda é o critério utilizado para definir e mensurar a condição de pobreza; e a multidimensional, que considera diferentes dimensões de privação, incluindo aspectos sociais e políticos (Mestrum, 2002; Rocha, 2006; Codes, 2008). Conseqüentemente, a pobreza oriunda da baixa renda tem impacto no processo de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões, inclusive na dimensão regional.

Este artigo adota a perspectiva monetária (unidimensional) para a análise da pobreza, considerando que a renda tem um impacto significativo na capacidade dos indivíduos de acessar diversas dimensões do bem-estar, independentemente das escalas espaciais. Assim, entende-se que um indivíduo se encontra em situação de pobreza quando sua renda domiciliar *per capita* é insuficiente para atender às necessidades básicas de uma vida digna (Oster, 1978; Rocha, 2006).

Nesse contexto, o Brasil é um país com expressivas disparidades regionais, pois a pobreza tende a se concentrar de forma mais intensa em determinadas regiões, refletindo diferenças na capacidade de geração de renda, emprego e no acesso às oportunidades. Essas disparidades afetam diretamente o desenvolvimento regional, uma vez que regiões com elevada incidência de pobreza enfrentam maiores limitações à expansão de suas atividades econômicas e à melhoria das condições de vida da população (Moreira; Braga; Toyoshima, 2010; Couto; Brito; Silva, 2021).

As taxas de pobreza no Brasil têm apresentado uma trajetória de oscilação, com momentos de aumento e de redução, com impactos regionais diferenciados em escala federativa. Embora o país tenha registrado avanços na redução da pobreza, sobretudo durante os anos 2000, a persistência do fenômeno demonstra que superá-lo continua sendo um grande desafio nacional. O progresso alcançado em termos de redução da pobreza começou a se reverter a partir de 2014, com a crise política e econômica que persistiu até 2016. Durante esse período, o impacto negativo no mercado



de trabalho e a queda na renda das famílias resultaram no aumento da pobreza (Souza; Hecksher; Osório, 2022; Saboia *et al.*, 2021). A chegada da pandemia da Covid-19, em 2020, agravou as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pela população mais vulnerável. Entre 2015 e 2021, a renda média dos brasileiros apresentou uma redução de 7,6%. Esse declínio foi mais acentuado entre os 10% mais pobres da população, cuja renda caiu 39,3%, enquanto, para os 10% mais ricos, a diminuição foi de apenas 4,6% (Hoffmann; Jesus, 2023; World Bank, 2022).

Diante desse cenário de recente aumento da pobreza no país, questiona-se: quais são os principais fatores que determinam a incidência da pobreza monetária nas diferentes Unidades da Federação brasileira? Assim, o objetivo deste artigo é estimar e analisar os impactos dos principais determinantes da pobreza monetária no Brasil ao longo do período de 2012 a 2023. Além disso, o estudo também contribui para os formuladores de políticas públicas regionais, pois fornece um quadro de informações sobre a pobreza em escala federativa e seus condicionantes.

Este artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, realiza-se uma revisão da literatura relacionada ao tema; na terceira seção, apresenta-se a metodologia utilizada, descrevendo o modelo empírico e as variáveis empregadas. A quarta seção dedica-se à análise dos resultados obtidos a partir das estimações do modelo econométrico adotado. Por fim, a última seção apresenta as conclusões do estudo.

DETERMINANTES DA POBREZA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

De modo geral, é consensual entre os estudiosos da área que alguns fatores sociodemográficos estão correlacionados com a incidência e permanência na pobreza, tanto em escala nacional quanto regional. No contexto brasileiro, diversos estudos têm destacado a relevância de variáveis como inserção no mercado de trabalho, nível educacional, que afeta a qualificação da força de trabalho, as desigualdades de gênero e raça, além da localização geográfica dos domicílios, como fatores proeminentes na dinâmica da pobreza e na permanência em uma condição de baixo desenvolvimento (Barros; Corseuil; Leite, 2000; Raiher, 2016; Bastos; Mattos; Santos, 2018; De Oliveira, 2025).



A inserção do indivíduo no sistema social de trabalho e, conseqüentemente, sua remuneração são reconhecidas como meios para a obtenção das condições necessárias a um padrão de vida digno. Nesse sentido, Barros *et al.* (2004) destacaram a centralidade do mercado de trabalho na determinação da renda familiar e, por conseguinte, dos níveis de pobreza, uma vez que o trabalho é a principal fonte de rendimento da maioria das famílias brasileiras. Assim, a inserção e as condições de participação nas atividades produtivas tornam-se fatores determinantes para superar a pobreza, evidenciando a necessidade de políticas que ampliem as oportunidades de emprego, bem como a qualidade das ocupações disponíveis.

Em consonância com essa abordagem, Barros, Corseuil e Leite (2000) argumentam que os níveis de pobreza estão fortemente relacionados à forma como o mercado de trabalho absorve e remunera a força de trabalho. Segundo os autores, a exclusão do mercado laboral limita o acesso à renda e amplia as privações materiais, de modo que a elevação do desemprego tende a intensificar a pobreza.

No que diz respeito à escolaridade, as discussões concentram-se na relação existente entre o nível educacional dos indivíduos e sua capacidade de geração de renda, de modo que níveis mais elevados de escolaridade correspondem a rendimentos mais altos. A partir dessa perspectiva, desenvolve-se a análise sobre a relação entre escolaridade e condição de pobreza.

Nesse sentido, o estudo de Marinho, Linhares e Campelo (2011) identificou que a elevação da escolaridade média da população adulta está associada à redução da incidência da pobreza. O acesso à educação de qualidade permite que os indivíduos em situação de vulnerabilidade conquistem melhores posições no mercado de trabalho, contribuindo para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza. Os autores também constataram que a redução do desemprego masculino tende a beneficiar diretamente os indivíduos situados próximos à linha de pobreza, ou seja, aqueles com níveis de carência menos profundos, mas ainda economicamente vulneráveis. Por outro lado, verificaram que a concentração de renda e a maior proporção de mulheres na chefia dos domicílios estão fortemente associadas à intensidade e à severidade da pobreza, isto é, aos contextos de pobreza mais profunda, em especial em regiões distantes das metrópoles urbanas.

No debate sobre desigualdades de gênero e pobreza, Souza *et al.* (2020) investigaram a feminização da pobreza no Brasil nos anos de 2001 e 2015, a partir de uma abordagem que integrou indicadores monetários e características estruturais dos domicílios. Os achados do estudo evidenciaram que, apesar



da redução geral nos índices de pobreza ao longo do período analisado, a distância entre os domicílios comandados por mulheres pobres e aqueles sob chefia masculina aumentou. Segundo as autoras, essa ampliação das desigualdades está relacionada, sobretudo, a fatores como o baixo nível de escolaridade das chefes de família, os obstáculos enfrentados para inserção no mercado de trabalho e a presença de crianças no domicílio. Esses elementos agravaram a situação de vulnerabilidade econômica, especialmente entre mulheres residentes nas Regiões Norte e Nordeste. Ademais, o estudo ainda apontou que a pobreza incide de forma particularmente intensa sobre a população negra e parda, o que revela a permanência de um legado histórico de exclusão social, acentuado em domicílios sob chefia feminina negra ou parda.

Essa interseccionalidade entre gênero, raça e pobreza também é explorada por Raiher (2016), que identificou que determinados fatores socioespaciais e familiares ampliam a probabilidade de que domicílios sob responsabilidade de mulheres estejam em situação de pobreza. A residência nas regiões Norte e Nordeste, ser indígena, negra ou parda, a inserção precária ou a ausência de vínculo formal no mercado de trabalho e a falta de um parceiro foram apontados como elementos que intensificam essa vulnerabilidade. Em contrapartida, o nível educacional das mulheres demonstrou ter um papel relevante na mitigação da pobreza, ao reduzir significativamente a probabilidade de esses domicílios estarem abaixo da linha de pobreza, principalmente aqueles localizados em regiões periféricas.

De forma contrastante, Oliveira e Ferrera de Lima (2023), ao investigarem a pobreza multidimensional entre mulheres responsáveis pelo domicílio na Região Nordeste, constataram que aquelas que vivem com um cônjuge apresentaram níveis mais elevados de privação, especialmente nas dimensões de trabalho, renda e consumo. Esse achado desafia interpretações tradicionais que associam a presença de um parceiro conjugal à proteção econômica, sugerindo que tal dinâmica pode, em determinados contextos, reproduzir privações em vez de mitigá-las.

No meio rural, Bastos, Mattos e Santos (2018) destacam que a pobreza absoluta é intensificada pela carência de infraestrutura e pela distância de centros urbanos. A inexistência de transporte adequado, estradas pavimentadas e serviços essenciais restringe a integração econômica das famílias, comprometendo a geração de renda e perpetuando situações de pobreza. Esses fatores reforçam a necessidade de abordagens territoriais diferenciadas nas políticas públicas.



Complementarmente, Oliveira *et al.* (2015), ao analisarem as ações da política de desenvolvimento territorial no território Meio Oeste Contestado, no estado de Santa Catarina, identificaram que parcelas importantes da população rural mais empobrecida não são beneficiadas por essas políticas por não estarem representadas em organizações sociopolíticas, o que evidencia que o meio rural enfrenta obstáculos adicionais à superação da pobreza. Além disso, essa população rural está localizada em regiões de faixa de fronteira e no planalto norte catarinense, o que demanda políticas públicas de mitigação da pobreza focalizadas nas especificidades regionais.

As análises sobre a pobreza monetária no Brasil indicam que, para além dos fatores diretamente associados à geração de renda, a forma como os recursos são distribuídos entre os estratos sociais exerce influência sobre a permanência da pobreza. Barros, Henriques e Mendonça (2001) argumentam que avanços na equidade distributiva têm potencial significativo para reduzir a incidência da pobreza, sobretudo por promoverem aumentos mais expressivos de renda entre os segmentos populacionais de menor poder aquisitivo. Para os autores, a desigualdade na distribuição da renda constitui o principal determinante da pobreza no Brasil. Segundo essa perspectiva, a permanência de amplas parcelas da população em condições de privação não decorre da escassez de recursos, mas da concentração desproporcional da riqueza, que impede o acesso equitativo a padrões mínimos de bem-estar.

De maneira convergente, De França (2010) demonstrou que a redução da desigualdade tem impacto mais expressivo sobre a queda da pobreza do que o simples aumento da renda média. O estudo também evidenciou que os estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram maior resistência à efetividade de políticas públicas voltadas à redução da pobreza, quando comparados às demais regiões do país.

Silva e Lima (2015) aprofundam a discussão ao explorarem as inter-relações entre pobreza, desigualdade e educação, enfatizando que esses fenômenos se retroalimentam e configuram um ciclo persistente de exclusão. A insuficiência no acesso a uma educação de qualidade constitui um dos principais mecanismos de reprodução da pobreza, ao restringir as oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho e limitar o desenvolvimento da capacidade crítica e da autonomia dos indivíduos diante das complexidades sociais. Nesse contexto, a deficiência educacional configura-

se como um fator que perpetua tanto a pobreza quanto a desigualdade, reforçando barreiras à mobilidade social e à equidade.

Diante desse cenário, os autores defendem que o rompimento desse ciclo exige a formulação de políticas públicas voltadas à qualificação e à universalização do sistema educacional. O investimento em educação é apontado como uma estratégia essencial para ampliar as possibilidades de ascensão social, ao fornecer aos indivíduos competências técnicas e cognitivas necessárias para inserção produtiva no mercado de trabalho e para o exercício pleno da cidadania, contribuindo, assim, para a redução das desigualdades e da pobreza no país.

Ribeiro, Batista e Staduto (2019), ao analisarem os determinantes do rendimento médio domiciliar per capita nas Unidades da Federação brasileira, também destacaram que a desigualdade de renda afeta negativamente a renda dos mais pobres. Contudo, seus achados sugerem que, embora importantes, os retornos associados à escolaridade e à inserção no mercado de trabalho são mais expressivos entre os grupos de renda mais elevada, o que relativiza sua capacidade de promover mobilidade socioeconômica entre os estratos mais vulneráveis da população.

Os determinantes da pobreza monetária não atuam de forma isolada, pois seus efeitos estão condicionados às características associadas ao nível de desenvolvimento regional, influenciando diretamente as possibilidades de geração de renda e os retornos associados a atributos individuais, como a escolaridade e a inserção ocupacional. Nesse contexto, regiões com maior nível de desenvolvimento tendem a apresentar condições mais favoráveis à absorção da força de trabalho e à ampliação das oportunidades econômicas, contribuindo para a redução da pobreza. Em contrapartida, regiões menos desenvolvidas enfrentam restrições que limitam essas oportunidades e favorecem a persistência da pobreza monetária ao longo do tempo (Myrdal, 1968; Moreira; Braga; Toyoshima, 2010; Silva; Lima, 2015).



METODOLOGIA

As variáveis analisadas neste estudo foram construídas a partir de microdados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também acessadas por meio da plataforma IPEADATA, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A coleta de informações baseou-se, prioritariamente, nos dados acumulados da primeira visita da PNAD Contínua. Entretanto, para os anos de 2020 e 2021, devido à ausência de disponibilização desses microdados pelo IBGE, foram utilizados os dados da quinta visita.

O recorte temporal compreende o período de 2012 a 2023, o qual contempla eventos relevantes que impactaram a dinâmica econômica e as condições de vida da população brasileira. A escolha do ano inicial justifica-se por corresponder ao início da série histórica da PNAD Contínua, além de abranger o período de desaceleração do ciclo de crescimento econômico observado no Brasil ao longo dos anos 2000 e da primeira metade da década de 2010. O período de análise também contempla a recessão econômica de 2015-2016, que provocou a deterioração das condições do mercado de trabalho, a redução da renda e o aumento da vulnerabilidade social, bem como os efeitos da pandemia de COVID-19, a partir de 2020, que desencadeou profundas alterações nas condições de emprego, renda e proteção social, afetando significativamente o dinamismo econômico e a capacidade de absorção da força de trabalho.

Ademais, o intervalo analisado abrange o período de recomposição pós-pandemia, caracterizado por um processo gradual de recuperação econômica e reconfiguração das condições socioeconômicas. Dessa forma, o recorte temporal adotado permite captar distintas fases do ciclo econômico recente, contribuindo para a análise dos determinantes da pobreza no contexto das transformações econômicas observadas no país (Hoffmann; Jesus, 2023; Souza; Hecksher; Osório, 2022).

Como a abordagem deste estudo compreende a pobreza sob a ótica monetária, adotou-se como linha de pobreza a renda domiciliar per capita inferior à metade (1/2) do salário mínimo, parâmetro amplamente referenciado na literatura para o contexto regional brasileiro (Kageyama; Hoffmann, 2006; Barros; Corseuil; Leite, 2000; Raiher, 2016; Struminski; Raiher, 2017). Tal referencial também converge com critérios oficiais de elegibilidade utilizados em políticas públicas voltadas à



população em situação de vulnerabilidade, conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Dado que todos os rendimentos foram previamente corrigidos¹ a preços médios de 2023, a definição da linha de pobreza adotada neste estudo também foi ancorada no salário mínimo vigente nesse mesmo ano. Em termos nominais, o salário mínimo correspondeu a R\$ 1.302,00² no primeiro quadrimestre (janeiro a abril) e a R\$ 1.320,00³ nos oito meses subsequentes (maio a dezembro). Para garantir a uniformização dos valores ao longo do ano, procedeu-se ao cálculo de uma média ponderada, considerando os períodos de vigência de cada valor. Com base nesse montante, estabeleceu-se a linha de pobreza em R\$ 657,00, equivalente à metade do valor médio ponderado do salário mínimo de 2023. Assim, foram considerados em situação de pobreza os indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a esse valor.

MODELO ECONOMÉTRICO

Tendo em vista os fatores socioeconômicos apontados na literatura revisitada como associados à pobreza, optou-se por empregar um modelo de regressão com dados em painel para a investigação dos determinantes da pobreza nas Unidades da Federação brasileira ao longo do período analisado. Essa abordagem econométrica permite explorar simultaneamente as variações entre os diferentes entes federativos (dimensão transversal) ao longo do tempo (dimensão temporal) (Gujarati; Porter, 2011).

A estimação pode ser realizada pelo modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados empilhados (*pooled data*), que assume a inexistência de heterogeneidade entre as unidades observadas; pelo modelo de efeitos fixos (MEF), no qual se admite que possíveis variáveis omitidas, responsáveis por diferenças entre as unidades, sejam capturadas por interceptos específicos para cada unidade; e pelo modelo de efeitos aleatórios (MEA), que considera que essa variação entre unidades está incorporada ao termo de erro, assumindo que tais diferenças sejam aleatórias e não correlacionadas com as variáveis explicativas (Gujarati; Porter, 2011).

1 Aplicou-se o deflator da PNAD Contínua correspondente à variável CO2e, em conformidade com as diretrizes metodológicas estabelecidas pelo IBGE.

2 Medida provisória nº 1.143, de 12 de dezembro de 2022.

3 Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023.



Para a escolha do modelo mais adequado, aplicaram-se os seguintes testes: o teste de Chow, que avalia se o modelo de efeitos fixos (MEF) é superior ao modelo de dados empilhados (*pooled*); o teste de Hausman, que compara os modelos de efeitos fixos e efeitos aleatórios (MEA); e o teste de Breusch-Pagan, que indica se o modelo de efeitos aleatórios é preferível ao modelo *pooled* (Gujarati; Porter, 2011).

Nesse sentido, a especificação empírica utilizada neste estudo assume a seguinte forma⁴:

$$\begin{aligned} Prop_pobres_{it} = & \\ & \beta_0 + \beta_1 Escolaridade_{it} + \beta_2 Prop_brancos_{it} + \\ & \beta_3 Urbanização_{it} + \beta_4 Prop_Homens_{it} + \beta_5 Ocupação_{it} + \\ & \beta_6 Gini_{it} + \varepsilon_{it} \end{aligned}$$

Em que:

$Prop_pobres_{it}$ = variável dependente do modelo correspondente à proporção de indivíduos

em situação de pobreza;

$Escolaridade_{it}$ = média dos anos de estudo da população com idade igual ou superior a 25

anos;

$Prop_brancos_{it}$ = proporção de indivíduos brancos da população;

$Urbanização_{it}$ = taxa de urbanização da população;

$Prop_homens_{it}$ = proporção de homens da população;

$Ocupação_{it}$ = proporção da população ocupada;

$Gini_{it}$ = índice de Gini (*proxy* da desigualdade de renda)

i = simboliza as Unidades da Federação;

t = refere-se aos anos analisados.

β_0 = coeficiente constante que indica o valor médio estimado da taxa de pobreza quando

todas as variáveis explicativas assumem valor zero;

$\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5$ e β_6 = coeficientes angulares das variáveis independentes;

ε_{it} = termo de erro ou resíduos da regressão.

A adoção do modelo de regressão com dados em painel também se fundamenta na literatura empírica sobre os determinantes da pobreza, uma vez que essa abordagem permite controlar a

4 O modelo foi estimado por meio do software *Stata SE 12*.

heterogeneidade não observada entre as Unidades da Federação e captar simultaneamente as variações temporais e espaciais do fenômeno. Essa estratégia é particularmente adequada para a análise da pobreza em um país caracterizado por marcantes desigualdades regionais, possibilitando estimativas mais robustas sobre os efeitos das variáveis explicativas.

Todas as variáveis incorporadas ao modelo, incluindo a dependente e as explicativas, foram operacionalizadas em termos de proporções ou médias, calculadas para cada Unidade da Federação ao longo do período analisado. Com exceção da variável referente aos anos de estudo, todas foram transformadas em escala logarítmica, o que possibilita a interpretação dos coeficientes em termos de elasticidades. A escolha das variáveis incluídas na modelagem econométrica fundamenta-se tanto no respaldo teórico da literatura revisitada sobre os determinantes da pobreza no Brasil quanto na viabilidade de obtenção de dados para todas as Unidades da Federação no intervalo de 2012 a 2023. Embora se reconheça que múltiplos fatores possam influenciar os níveis de pobreza, este estudo priorizou aqueles indicadores com maior recorrência na produção acadêmica e cuja mensuração se mostra comparável a partir dos microdados da PNAD Contínua.

A inclusão da proporção da população ocupada fundamenta-se na literatura que reconhece o mercado de trabalho como o principal mecanismo de geração de renda e, conseqüentemente, como um fator determinante da pobreza, uma vez que a exclusão do mercado de trabalho limita o acesso a rendimentos e amplia a vulnerabilidade econômica (Barros *et al.*, 2004; Barros; Corseuil; Leite, 2000). A variável referente à escolaridade média da população adulta apoia-se na abordagem do capital humano, segundo a qual, níveis mais elevados de educação aumentam a produtividade e os rendimentos, reduzindo a probabilidade de incidência da pobreza (Silva; Lima, 2015; Marinho; Linhares; Campelo, 2011). O Índice de Gini foi incorporado como *proxy* da desigualdade de renda, considerando as evidências de que a concentração distributiva constitui um dos principais fatores associados à persistência da pobreza no Brasil, ao restringir o acesso de parcelas da população aos recursos econômicos (Barros; Henriques; Mendonça, 2001; De França, 2010).

As variáveis sociodemográficas, como a proporção de indivíduos brancos e a proporção de homens, fundamentam-se em estudos que demonstram a existência de desigualdades associadas à raça e ao gênero, as quais influenciam o acesso a oportunidades econômicas e a exposição à pobreza (Raiher, 2016; Souza *et al.*, 2020).



A relação das variáveis utilizadas neste estudo, acompanhada de suas fontes, respectivas dimensões e do sinal esperado em relação à pobreza, está apresentada no Quadro 1. Para o cálculo da variável dependente, a proporção de indivíduos em situação de pobreza, foi utilizada a variável de rendimento domiciliar per capita vd5002 da PNAD Contínua, a qual agrega os valores recebidos de todas as fontes de renda, inclusive aqueles provenientes de programas governamentais de transferência monetária. Cabe destacar, contudo, que esse indicador não considera rendimentos pagos em cartão, tíquete de transporte ou de alimentação, nem inclui os valores recebidos por pensionistas, trabalhadores domésticos e seus familiares. A escolha dessa variável justifica-se por sua disponibilidade contínua ao longo de todo o período analisado.

O Índice de Gini foi utilizado como medida da concentração de renda entre os indivíduos. Esse indicador varia entre 0 e 1, sendo que valores mais próximos de 1 refletem níveis mais elevados de desigualdade na distribuição da renda, enquanto valores mais próximos de 0 indicam maior equidade (Medeiros, 2012).

Quadro 1 | Relação dos dados, fonte e dimensão

Dados	Fonte	Uso/dimensão	Sinal esperado
Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (Rendimento efetivo de todas as fontes).	PNAD Contínua/ IBGE	Proporção de pobres	(variável dependente)
Índice de Gini	Base de dados do IPEADATA/ IPEA, fonte da PNAD Contínua/ IBGE	<i>Proxy</i> da desigualdade de renda	(+)
Anos de estudo	PNAD Contínua/ IBGE	Média de anos de estudo da população com idade igual ou superior a 25 anos.	(-)
Cor ou raça (raça autodeclarada pelo indivíduo)	PNAD Contínua/ IBGE	Proporção de indivíduos brancos (brancos e amarelos) da população.	(-)
Situação do domicílio (Urbano/rural)	PNAD Contínua/ IBGE	Taxa de urbanização da população	(-)
Sexo (categorização sexual como homem ou mulher)	PNAD Contínua/ IBGE	Proporção de homens da população	(-)
Condição de ocupação	PNAD Contínua/ IBGE	Proporção da população ocupada	(-)

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: todos os dados foram tratados por Unidade da Federação e para cada ano da série estudada.



A delimitação etária da variável referente aos anos de estudo foi restrita à população com 25 anos ou mais, em consonância com práticas metodológicas amplamente reconhecidas na literatura especializada. Essa escolha se justifica pelo fato de que, a partir dessa idade, espera-se que a maioria dos indivíduos tenha concluído sua formação educacional formal, o que contribui para minimizar distorções associadas à escolarização ainda em curso. A partir dessa delimitação, busca-se captar uma medida mais robusta e representativa da influência da escolaridade sobre a renda e, por extensão, sobre a incidência da pobreza. A literatura econômica sustenta que níveis mais elevados de escolaridade tendem a aumentar a produtividade dos indivíduos, o que se reflete em maiores rendimentos e, conseqüentemente, em uma menor probabilidade de se encontrarem em situação de pobreza (Rocha, 2006; Marinho; Linhares; Campelo, 2011).

A proporção de indivíduos ocupados foi calculada com base na variável vd4002 da PNAD Contínua, que informa a condição de ocupação dos entrevistados. Essa variável permite identificar, entre os integrantes da força de trabalho, ou seja, a população economicamente ativa, aqueles que se encontram efetivamente ocupados, abrangendo diferentes formas de inserção no mercado de trabalho, como empregos formais e informais, trabalho por conta própria, atuação como empregadores e participação em atividades produtivas familiares não remuneradas. Para assegurar representatividade estatística nas estimativas, todos os cálculos foram ponderados pelo fator de expansão amostral, fornecido pela variável v1032 da mesma base de dados.

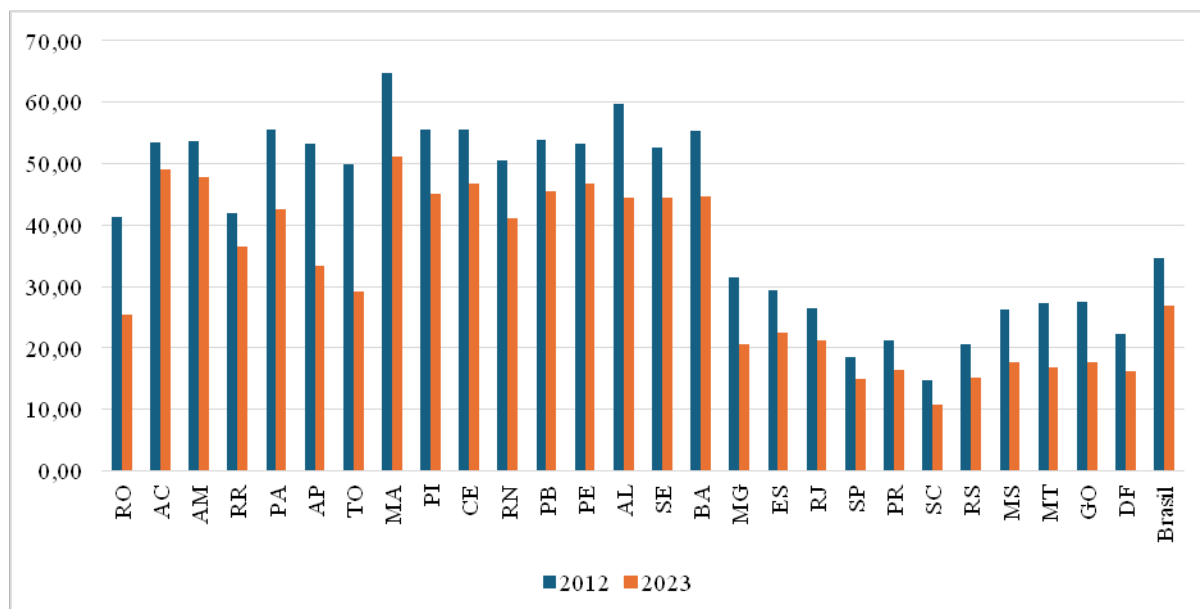
Na sequência, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa. Além disso, é feita a contextualização a partir da literatura e de dados conjunturais.

A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM CONDIÇÃO DE POBREZA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA ENTRE 2012-2023

A Figura 1 apresenta a proporção de indivíduos em situação de pobreza nas 27 Unidades da Federação (UFs) e no Brasil nos anos de 2012 e 2023, com base na linha de pobreza definida como renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo. Observou-se uma queda generalizada da pobreza em todas as UFs ao longo do período analisado, evidenciando avanços relevantes, ainda que heterogêneos, na redução da pobreza em âmbito nacional.



Figura 1 | Brasil: Proporção de pobres nas Unidades da Federação (UF) (%) – 2012 e 2023



Fonte: resultados da pesquisa, a partir de dados da PNAD Contínua 2012 e 2023

Em 2012, a maior parte das UF's da Região Norte e, especialmente, do Nordeste apresentava proporções superiores a 50% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, com destaque para o Maranhão, onde o índice ultrapassava 60%. Em contraste, UF's do Sul e do Sudeste, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, registravam os menores percentuais, inferiores a 20%.

Em 2023, apesar da redução da pobreza em todas as regiões do país, de modo geral os achados apontam para a manutenção do padrão regional histórico da pobreza no Brasil, com maior concentração nas Regiões Norte e Nordeste, em consonância com resultados de outros estudos como os de Raiher (2016), Struminski e Raiher (2017), Souza *et al.* (2020).

É importante destacar, no entanto, que essa redução não se deu de forma contínua ao longo do período analisado. O intervalo entre 2012 e 2023 abrangeu contextos de instabilidade econômica e social, como a recessão de 2015-2016 e a crise decorrente da pandemia de Covid-19, que impactaram diretamente os níveis de renda e de bem-estar da população. Nesse sentido, a comparação entre os anos extremos do período oferece uma perspectiva sobre as tendências de longo prazo, ainda que o percurso tenha sido marcado por oscilações conjunturais (Hoffmann; Jesus, 2023; Souza; Hecksher; Osório, 2022).

DETERMINANTES DA POBREZA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA ENTRE 2012-2023

Com o objetivo de investigar os fatores associados à proporção de pessoas em situação de pobreza nas Unidades da Federação brasileira, foi adotada a modelagem econométrica com dados em painel. Essa metodologia possibilita considerar simultaneamente as variações temporais (entre 2012 e 2023) e as especificidades regionais entre as UFs.

Como etapa inicial da análise, foram estimados o modelo com dados agrupados e o modelo com efeitos fixos, com o intuito de identificar qual especificação ofereceria melhor adequação aos dados. O teste de Chow rejeitou a hipótese nula em favor do modelo agrupado, indicando a presença de heterogeneidade relevante entre as Unidades da Federação. Tal evidência sugere que fatores específicos de cada UF influenciam a proporção de pessoas em condição de pobreza, reforçando a pertinência de um modelo que incorpore essas singularidades regionais.

Em seguida, o teste de Breusch-Pagan rejeitou a hipótese nula de inexistência de efeitos aleatórios. Esse resultado atuou como uma verificação complementar de robustez, reforçando a escolha por um modelo capaz de capturar a heterogeneidade não observada entre as Unidades da Federação.

Por fim, o teste de Hausman foi aplicado para comparar os modelos de efeitos fixos e efeitos aleatórios. Com um *p-value* igual a 0,0034, a hipótese nula de equivalência entre os coeficientes estimados foi rejeitada ao nível de significância de 1%. Esse resultado indica que o modelo de efeitos fixos oferece estimativas mais consistentes para os dados analisados. Assim, optou-se por essa especificação, que considera as particularidades de cada Unidade da Federação ao longo do tempo, preservando a robustez dos resultados.

Na Tabela 1, encontram-se os resultados das estimações realizadas pelos modelos de dados empilhados, efeitos fixos e efeitos aleatórios, obtidos com o auxílio do *software Stata*, versão 12. Também são apresentados os resultados dos testes estatísticos de Chow, Hausman e Breusch-Pagan.

No modelo de efeitos fixos, as variáveis explicativas foram responsáveis por cerca de 54% da variação temporal da pobreza nas Unidades da Federação, conforme indicado pelo R^2 within (0,5416), evidenciando a importância dos fatores considerados na análise.



Tabela 1 | Resultados das estimações para os modelos de dados em painel

Proporção de pobres	Dados Empilhados (MQO)	Efeito Aleatório Coeficientes	Efeito Fixo
Escolaridade	-0,1753922*	-0,1151285*	-0,1015104*
Urbanização	-0,0466921****	-0,4463678**	-0,2381074****
Homens	0,5729928****	-0,2582466****	-0,0979173****
Ocupados	-2,082152 *	-1,58657*	-1,703329*
Branco	-0,4801915 *	-0,4530326*	-0,1350861****
Gini	1,182285 *	0,8547675*	0,7016737*
Constante	0,9379827 **	0,4074174****	-0,1235986****
R ²	0,9274	-	-
R-sq: within=	-	0,5179	0,5416
between =	-	0,9437	0,9313
overall =	-	0,9221	0,8926
(LM) Breusch Pagan	chibar2(01) = 581,74	Prob > chibar2 = 0,0000*	
Teste Chow	F(26, 291) = 28,36	Prob > F = 0,0000*	
Teste de Hausman	chi2(6) = 19,48	Prob>chi2 = 0,0034*	

Fonte: resultados da pesquisa a partir de dados da PNAD Contínua 2012-2023.

Nota: Níveis de significância: *: Significativo a 1%; **: Significativo a 5%; ***: não significativo.

A literatura já reconhece amplamente a relação entre escolaridade e pobreza (Barros, Corseuil e Leite, 2000; Silva e Lima, 2015; Raiher, 2016), e os resultados obtidos corroboram essa conexão. Mantendo-se as demais variáveis constantes, um acréscimo de um ano na escolaridade da população com 25 anos ou mais está associado, em média, a uma redução de 10,15%⁵ na proporção de pobres. Esse efeito decorre do fato de que maiores níveis de escolaridade tendem a aumentar as chances de emprego, elevar os rendimentos e diminuir a vulnerabilidade socioeconômica. Assim, este achado reforça o papel fundamental das políticas educacionais como ferramenta para a redução da pobreza, em consonância com os debates teóricos e empíricos desenvolvidos por autores como Silva e Lima (2015), Marinho, Linhares e Campelo (2011), Raiher (2016) e Ribeiro, Batista e Staduto (2019).

O coeficiente estimado para a taxa de urbanização foi negativo (-0,24), sinal condizente com a expectativa teórica, embora o resultado não tenha alcançado significância estatística. Isso indica que, apesar de os dados não evidenciarem uma relação estatisticamente robusta entre urbanização e pobreza no modelo adotado, há indícios de que o avanço da urbanização pode contribuir para a diminuição da

5 Nos modelos de semi-elasticidade, converte-se o coeficiente da variável sem transformação logarítmica em percentual, multiplicando-o por 100.

proporção de indivíduos em situação de pobreza. Ainda que não conclusivo do ponto de vista estatístico, esse resultado está em consonância com a literatura, que aponta maior prevalência da pobreza em áreas rurais e destaca os benefícios associados à proximidade de centros urbanos, como o acesso ampliado a oportunidades de trabalho, infraestrutura e serviços públicos (Gomes de Ramos; Ferrera de Lima, 2023; Bastos; Mattos; Santos, 2018; Santos Neto *et al.*, 2021).

No que se refere à taxa de ocupação, os achados indicam que um acréscimo de 1% na proporção de pessoas ocupadas está associado, em média, a uma redução de 1,70% na incidência de pobreza. Esse resultado reforça o entendimento amplamente discutido na literatura de que o acesso ao trabalho é um dos pilares fundamentais para a mitigação da pobreza. A geração de renda proveniente da inserção produtiva contribui para assegurar o acesso a bens e serviços essenciais ao bem-estar (Barros; Corseuil; Leite, 2000; Barros *et al.*, 2004; Souza *et al.*, 2020).

Ainda que a inserção no mercado de trabalho seja importante para a redução da pobreza, a literatura ressalta que a qualidade do emprego é igualmente determinante. Ocupações marcadas pela informalidade, baixa remuneração ou instabilidade tendem a limitar os efeitos positivos da ocupação sobre as condições de vida. É importante frisar que a variável “ocupados”, utilizada nesta análise, abrange tanto os trabalhadores com vínculo formal quanto os inseridos no trabalho informal, uma vez que a PNAD Contínua contempla ambas as categorias ocupacionais.

A variável que representa a proporção de indivíduos brancos revelou-se estatisticamente significativa, apresentando uma associação negativa com os níveis de pobreza. Especificamente, estima-se que um acréscimo de 1% nesse indicador esteja correlacionado a uma redução média de 0,14% na incidência de pobreza. Esse resultado evidencia as maiores dificuldades enfrentadas pela população não branca no acesso a oportunidades educacionais, à inserção qualificada no mercado de trabalho e à melhoria da renda, em consonância com as análises de Raiher (2016) e Souza *et al.* (2020).

Por outro lado, os resultados indicam que um aumento de 1% no índice de Gini, indicador que mensura a concentração de renda, está associado a um crescimento médio de 0,70% na proporção de indivíduos em situação de pobreza. Tal evidência corrobora amplamente o entendimento presente na literatura de que a desigualdade de renda contribui significativamente para a intensificação da pobreza (De França, 2010; Barros; Henriques; Mendonça, 2001; Ribeiro; Batista; Staduto, 2019). Nesse sentido,



Barros, Henriques e Mendonça (2001) e De Oliveira (2025) argumentam que a redução da desigualdade socioeconômica em escala regional favorece a diminuição da pobreza e estimula o desenvolvimento em suas diferentes concepções, na medida em que promove um aumento mais acelerado da renda entre os segmentos mais vulneráveis da população em comparação aos estratos superiores.

No modelo estimado, a variável que representa a proporção de homens na população não apresentou significância estatística, indicando a ausência de evidências concretas de um impacto direto dessa característica demográfica sobre a pobreza. No entanto, o coeficiente negativo encontrado está em consonância com a expectativa teórica de que uma maior presença masculina pode estar relacionada à redução da pobreza, uma vez que os homens, em média, apresentam maior inserção em empregos formais e com rendimentos mais elevados (Souza *et al.*, 2020; Oliveira; Ferrera de Lima, 2023). Além disso, Lopes *et al.* (2022) destacaram que, mesmo em setores ligados à economia solidária, como o cooperativismo, as mulheres continuam com sub-representação em cargos de liderança e predominam em funções relacionadas ao cuidado. Essa realidade reflete a persistência de desigualdades de gênero na sociedade brasileira que limitam o acesso pleno das mulheres aos espaços de poder econômico, o que contribui para a manutenção da exclusão social e da pobreza.

As estimativas indicaram que a proporção de pessoas ocupadas se destaca como o fator com maior influência na redução da pobreza, quando comparada aos demais coeficientes do modelo. Este resultado evidencia a centralidade do emprego como mecanismo fundamental para a melhoria do rendimento individual e, por conseguinte, para a diminuição da pobreza em sua dimensão unidimensional. Ou seja, as unidades federativas que apresentam estruturas produtivas mais robustas, capazes de gerar empregos em maior escala, tendem a promover avanços mais significativos nas condições socioeconômicas da população.

Em síntese, os resultados evidenciam que a incidência da pobreza monetária nas Unidades da Federação brasileira está profundamente associada a fatores que refletem as condições do desenvolvimento regional. Variáveis como escolaridade, inserção no mercado de trabalho e desigualdade de renda demonstraram influência significativa sobre a proporção de indivíduos em situação de pobreza, indicando que esse fenômeno está diretamente relacionado à capacidade das economias regionais de gerar oportunidades de inserção produtiva e promover melhorias nas condições de vida da população em suas múltiplas dimensões.



Os resultados reforçam a compreensão de que a pobreza monetária está condicionada às especificidades do contexto regional, como o dinamismo econômico, a estrutura produtiva e o grau de desigualdade socioeconômica. Dessa forma, ao analisar o conjunto das Unidades da Federação no período de 2012 a 2023, este estudo contribuiu para a literatura ao evidenciar empiricamente que as disparidades socioeconômicas no desenvolvimento regional constituem um elemento relevante para a compreensão da dinâmica da pobreza monetária no Brasil, reforçando a importância de políticas públicas orientadas às heterogeneidades territoriais como instrumento para sua redução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os impactos dos determinantes da pobreza monetária no Brasil, entre 2012 e 2023. Trata-se de um intervalo marcado por oscilações econômicas e sociais significativas, que influenciaram os níveis de bem-estar da população em diferentes escalas regionais.

A partir da estimação do modelo econométrico, que teve como variável dependente a proporção de indivíduos em situação de pobreza, os resultados empíricos revelaram que níveis mais elevados de escolaridade, maior inserção no mercado de trabalho e uma composição populacional com maior proporção de pessoas brancas estão associados à diminuição da incidência de pobreza entre as Unidades da Federação. Cabe destacar o impacto expressivo da ocupação, reforçando a importância do emprego como determinante do bem-estar socioeconômico.

Em contrapartida, a desigualdade na distribuição de renda revelou uma associação direta com a proporção de indivíduos em situação de pobreza. Esse resultado evidencia que contextos marcados por elevada concentração de renda tendem a registrar maiores níveis de pobreza, enquanto avanços na direção de uma distribuição mais equitativa favorecem sua redução. Tais achados reforçam a compreensão de que a pobreza não se restringe à escassez absoluta de recursos, mas está intimamente relacionada à forma como esses recursos são partilhados na sociedade.

Ao trazer evidências atualizadas sobre o comportamento da pobreza em um período marcado por crises econômicas no Brasil, o estudo contribuiu para o entendimento dos mecanismos socioeconômicos que sustentam a privação de bem-estar. Conclui-se que as políticas públicas voltadas à mitigação da pobreza devem priorizar a ampliação das oportunidades de inserção no



mercado de trabalho, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Paralelamente, torna-se imprescindível o enfrentamento da elevada desigualdade de renda, traço estrutural da economia brasileira. Nesse sentido, é necessário implementar mecanismos redistributivos que ampliem o acesso à renda e aos meios produtivos entre os segmentos mais empobrecidos da população, em especial mulheres, indivíduos não brancos e residentes de áreas rurais, como condição para tornar as estratégias de combate à pobreza mais eficazes.

Para investigações futuras, recomenda-se a adoção de linhas de pobreza adaptadas às especificidades regionais, de modo a captar com maior precisão as desigualdades nas condições socioeconômicas entre diferentes áreas do país. Além disso, sugere-se o aprofundamento da análise sobre o papel da qualidade do emprego na dinâmica da pobreza, considerando aspectos como formalização e condições de trabalho. Tais elementos exercem influência direta sobre os rendimentos das famílias e, por conseguinte, sobre sua capacidade de superação da pobreza, o que não foi contemplado nesta pesquisa, que se restringiu à dimensão da inserção laboral.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais ao Instituto Federal do Paraná (IFPR), pela liberação para fins de pesquisa e capacitação; à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsas de fomento à pesquisa.



REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R. C. de. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. **Estudos avançados**, v. 9, p. 75-116, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000200004>. Acesso em: 09 jan. 2025.
- BARROS, R. P. de; CORSEUIL, C. H.; LEITE, P. G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 177-229.
- BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Acesso ao trabalho e produtividade no Brasil: implicações para crescimento, pobreza e desigualdade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. (Texto para discussão, n. 800). Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BASTOS, P. M. A; MATTOS, L. B.; SANTOS, G. C. Determinantes da pobreza no meio rural brasileiro. **Revista de Estudos Sociais**, v. 20, n. 41, p. 4–30, 2018. DOI: 10.19093/res6163. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/6163>. Acesso em: 01 mai. 2024.
- CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa**. (Texto para discussão, n. 1332). Brasília: IPEA, 2008.
- COUTO, A. C. L; BRITO, E. C.; SILVA, C. da. Crescimento pró-pobre: uma análise da heterogeneidade nos estados brasileiros (2012-2019). **Acta Scientiarum**, v. 43, n.1, p. 56-101, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3073/307372443002/307372443002.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- DE FRANÇA, J. M. S. **Crescimento pró-pobre no Brasil: Impactos regionais**. 2010, 104 f. Tese (Doutorado em Economia). Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.
- DE OLIVEIRA, O. F. O desenvolvimento e suas concepções. **Informe GEPEC**, v. 29, n. 1, p. 205–220, 2025. DOI: 10.48075/igepec.v29i1.34158. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/34158>. Acesso em: 23 fev. 2026.
- GOMES DE RAMOS, S. A.; FERRERA DE LIMA, J. A pobreza multidimensional familiar: o caso das regiões paranaenses. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 6, n. 2, p. 196–227, 2023. DOI: 10.20873/v6/F. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/article/view/17698>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.
- HOFFMANN, R.; JESUS, J. G. de. Pobreza no Brasil, 2012-2022. **RBEST - Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 5, p. e023010, 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas sobre trabalho e rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 09 set. 2024.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dados sociais/ Ipeadata** Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 05 fev. 2024.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Revista Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.
- LOPES, I. da S.; LIMA COSTA, B. A.; ROSA DA SILVA, G. L.; OLÍDIA, C. Cooperativismo e objetivos de desenvolvimento sustentável: agenda para equidade racial e de gênero. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 3, 2022. DOI: 10.54399/rbgdr.v18i3.6246. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6246>. Acesso em: 21 jun. 2025.



MARINHO, E.; LINHARES, F.; CAMPELO, G. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? **Revista Brasileira de Economia**, v. 65, p. 267-288, 2011.

MEDEIROS, M. **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília: EdUnB, 2012.

MESTRUM, F. **Mondialisation et pauvreté**: De l'utilité de la pauvreté dans le nouvel ordre mondial. Paris: L'Harmattan, 2002.

MIDEROS, A. M. Ecuador: Definición y medición multidimensional de la pobreza, 2006- 2010, **Revista de la CEPAL**, n. 108, p. 51-70, 2012. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/92803c14-de43-4fb0-af53-c35d08167464/content>. Acesso em: 05 ago. 2024.

MOREIRA, R. C.; BRAGA, M. J.; TOYOSHIMA, S. H. Crescimento e desigualdade: prosperidade versus armadilhas da pobreza no desenvolvimento econômico dos estados brasileiros. **Revista Economia**, v. 11, n. 4, p.133-162, 2010. Disponível em: https://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n4p133_162.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

OLIVEIRA, L. Z.; CAZELLA, A. A.; TECCHIO, A.; MIRESKI, M. C. Ações da política de desenvolvimento territorial para superar a pobreza rural: estudo de caso no território Meio Oeste Contestado (SC). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1620>. Acesso em: 10 jun. 2025.

OLIVEIRA N. S. M. N. de; FERRERA DE LIMA, J. Pobreza das mulheres chefes de família da Região Nordeste do Brasil: uma análise multidimensional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 3, 2023. DOI: 10.54399/rbgdr.v19i3.5928. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5928>. Acesso em: 17 mai. 2024.

OSTER, S. **The definition and measurement of poverty**. Boulder: Westview Press Inc., 1978.

RAIHER, A. P. Condição de pobreza e a vulnerabilidade da mulher brasileira. **Informe GEPEC**, v. 20, n. 1, p. 116-128, 2016. DOI: 10.48075/igepec.v20i1.13531. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/13531>. Acesso em: 04 mar. 2024.

RIBEIRO, M. L.; BATISTA, A. M.; STADUTO, J. A. R. Determinantes do rendimento domiciliar per capita por UF brasileira, 2010. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 6, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5189>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SABOIA, J.; NETO, J. H.; SIMÕES, A.; DICK, P. C. Mercado de trabalho, salário mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 2, p. 1-30, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/47643/25688>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SANTOS NETO, G. C. dos; ESPÍRITO SANTO, M. M. do; AMARAL, T. S.; FERNANDES, D. S. O.; GOMES, A. da S.; PIRES, M. de M. Pobreza e desigualdade de renda: uma análise para a região imediata de Ilhéus-Itabuna, Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 1, 2021. DOI: 10.54399/rbgdr.v17i1.6160. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6160>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA, M. M. A. S.; LIMA, P. V. P. S. Indicadores educacionais e de renda e sua relação com pobreza e indigência no semiárido brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, n. 2, p. 117-132, 2015.

SOUZA, P. H. G. F.; HECKSHER, M.; OSÓRIO, R. G. **Um país na contramão**: a pobreza no Brasil nos últimos dez anos. (Nota técnica, n. 102). Rio de Janeiro: IPEA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11563>. Acesso em: 25 ago. 2023.



SOUZA, V. de; PENTEADO, C.; NASCIMENTO, R. do; RAIHER, A. P. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **Informe GEPEC**, v. 24, n. 1, p. 53–72, 2020. DOI: 10.48075/igepec.v24i1.22710. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22710>. Acesso em: 04 mar. 2024.

STRUMINSKI, C. E. C.; RAIHER, A. P. Pobreza e seus determinantes nos municípios brasileiros: abordagem monetária, de privações e multidimensional. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, p. 186–211, 2017.

WORLD BANK. **Brazil poverty and equity assessment: Looking Ahead of Two Crises**. Washington, 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/19298bfa-067d-504c-8e34-00b20e3139d2/content>. Acesso em: 21 ago. 2023.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



